

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RONEIDE MARIA VAZ

**O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CONTEMPORANEIDADE**

**IPAMERI (GO)
2019**

RONEIDE MARIA VAZ

**O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado como requisito parcial
para obtenção de título de Licenciada
em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Ma. Carolina
Reame Santos

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

V393e Vaz, Roneide Maria
O ensino de História e Geografia nos anos iniciais
do Ensino Fundamental na contemporaneidade / Roneide
Maria Vaz; orientadora Carolina Reame Santos. --
Ipameri, 2019.
26 p.

Monografia (em Segunda Licenciatura em
Pedagogia) -- Instituto Federal Goiano, Campus
Ipameri, 2019.

1. História. 2. Geografia. 3. Ensino Fundamental
I. 4. Metodologias de ensino. I. Santos, Carolina
Reame , orient. II. Título.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia - Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Roneide maria vaz
Matrícula: 2017212222330299
Título do Trabalho: Plano de Ensino de História e Geografia, nos anos iniciais de Ensino Fundamental na Contemporaneidade.
Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri _____ 28/01/2020
Local Data

Roneide maria vaz

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ATA DE DEFESA

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) DO CURSO DE
SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

No dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala de aula do bloco C do IF Goiano - Campus Avançado Ipameri, sob a presidência do(a) Professor(a) Carolina Reame Santos, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora de Defesa do Trabalho de Curso do(a) aluno(a) **Roneide Maria Vaz**, do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia, visando à obtenção do título de Graduado(a). A banca constituída pelos professores: Carolina Reame Santos (orientadora) e presidente, Hilma Aparecida Brandão e Maria Alice de Araújo que foi indicada pela aluna, com anuência da Coordenação do Curso. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da Banca e ao candidato, das normas que regem a defesa de Trabalho de Curso. A seguir, o (a) aluno(a) passou à defesa de seu trabalho intitulado: **O ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental na contemporaneidade**. Encerrada a defesa, procedeu-se ao julgamento. Apuradas as notas verificou-se que a aluna foi aprovada, com a nota 9,2. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, em dezessete de dezembro de dois mil e dezenove.



Roneide Maria Vaz - Acadêmica



Prof.ª Ma. Carolina Reame Santos - Orientadora e Presidente



Prof.ª Ma. Hilma Aparecida Brandão - Membro Titular Interno



Prof.ª Ma. Maria Alice de Araújo - Membro Titular Externo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NO BRASIL	11
2.1 História e Geografia	11
2.1 O ensino de História e Geografia: da escola nova à redemocratização da educação	13
2.3 A Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais	16
3 ABORDAGENS METODOLÓGICAS E O USO DAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CONTEMPORANEIDADE

Orientanda: Roneide Maria Vaz
Orientadora: Carolina Reame Santos

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo apresentar um panorama geral do ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram abordadas as mudanças decorridas ao longo do processo histórico brasileiro, em função do seu contexto social, político e econômico, com o intuito de apresentarmos uma relação entre os conteúdos e a prática metodológica destas disciplinas inseridas nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, tendo como foco principal o ensino de História e Geografia desde a Escola Nova até os dias atuais, buscando compreender de que forma as novas metodologias, sobretudo as tecnológicas, tem contribuído para uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: História. Geografia. Ensino Fundamental I. Metodologias de ensino.

1. INTRODUÇÃO

*O ser humano é um ser enraizado em sua historicidade, é espaço e tempo.
(FREIRE, 1982, p. 61).*

O professor da educação básica enfrenta na sua atuação inúmeras dificuldades no processo de ensino-aprendizagem: salas lotadas; falta de material pedagógico; indisciplina e falta de interesse por parte dos alunos e de suas famílias em muitos momentos; planejamento didático não flexível com regras pré-estabelecidas e a falta de investimentos em políticas públicas destinada à melhoria da educação. Por este motivo, o profissional da educação, como mediador e facilitador do processo de aprendizagem, precisa buscar novas possibilidades para o ensino.

Como sabemos, o ensino é um eterno desafio, no entanto, é nossa função, enquanto educadores, buscar encontrar e tecer caminhos para superar os obstáculos impostos na escola, com o intuito de oferecermos uma educação cada vez mais humana, que possibilite novos conhecimentos e a democratização dos saberes.

A epígrafe que abre este estudo, remete-nos a reflexão de que o homem é sujeito e não objeto; e só poderá se compreender como tal a partir do momento em que reflete sobre suas condições espaciais e temporais. Dessa

forma é necessário que tenha condições de atuar de maneira crítica e se posicionar de forma intencional; condições que só podem ser adquiridas por meio do conhecimento e da troca de saberes via diálogo, no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, o homem é um ser social, capaz de modificar o espaço e o contexto no qual está inserido, pois, conforme Freire,

O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo. [...] A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais (FREIRE, 1982, p. 30-31).

Nesse sentido, a escola tem a capacidade de proporcionar, ou não, as condições necessárias para que alunos alcancem sua autonomia cultural, social, política e intelectual. Porém sabemos que esse ensino humanizado e voltado para a formação do homem-cidadão, em muitos momentos históricos, foi substituída pela abordagem técnico-racional, tendo como meta principal preparar o aluno para o mercado de trabalho, buscando atender às necessidades e às exigências de determinado momento político brasileiro, levando a um espaço escolar conflituoso.

Vygotsky (1984), que se apoia no modelo de ensino construtivista, ratificou em seus estudos que os sujeitos responsáveis pela divulgação de conhecimento, isto é, os professores, devem ser facilitadores: como o sujeito intelectualmente mais desenvolvido no que diz respeito as relações, deve divulgar os conhecimentos ao aprendiz, que ao se apropriar dos conteúdos deve se humanizar. Diz ainda que os métodos de ensino são mais profícuos quando pensados pela abordagem dialética. Deste modo, o ensino será mais vantajoso, pois se tornará prático.

Tomaz Tadeu da Silva (1999) contribuiu para a ratificação destas concepções ao também analisar, discutir e propor mudanças, em seus estudos, ao que diz respeito aos modelos de ensino. O autor destaca-se as concepções de que o ensino deve: (i) desconfiar do status quo, responsabilizando-se pelas diferenças de igualdade e pelas injustiças sociais; (ii) saber questionar e, desta forma, transformar o social; (iii) alterar a concepção de que o importante é

desenvolver técnicas de como fazer o currículo para a concepção de que é necessário compreender o que o currículo faz.

Estamos vivendo num período onde não é possível estipular certezas, pois somos permeados por dúvidas, transformações, avanços tecnológicos e trágicos processos de desumanização decorrentes da globalização, incitados, sobretudo, por questões econômicas. Por este motivo, não raro, a educação e seus profissionais têm sido alvos de discursos de empresários, políticos e muitas lideranças de diferentes segmentos sociais. Essa situação tem incitado num grande movimento no que diz respeito ao repensar a educação neste meio, que sofre influência de conflitos ideológicos do que seja a melhor educação possível. Isso, provavelmente, como explica Santome (1994), é resultado dos processos que vem ocorrendo desde o período da inserção do capitalismo, que, infelizmente, contribuiu para a fragmentação da cultura escolar. Isso acontece, pois, frequentemente, a atenção é voltada às disciplinas ou conteúdos de uma área específica, que, não raro, tem propósito econômico, ou seja, prepara o sujeito para desempenhar uma função específica, sem necessariamente trabalhar o senso crítico. As disciplinas humanas, tristemente, são as que mais tem perdido a importância neste cenário.

Sabe-se que estamos, como dito, numa era globalizada, mas isso não significa que deve-se abandonar por completo a compreensão dos fatos históricos, isto porque quando contextualizados no tempo e espaço, são excelentes meios para questionamentos a respeito das situações políticas, econômicas, sociais e culturais hoje vividas, pois é por meio do passado que se compreende o momento atual - é compreendendo nosso presente que somos capazes de vislumbrar o futuro. O mesmo vale para o ensino de Geografia, tão necessário para que o sujeito possa compreender a dinâmica do espaço que o auxiliará no planejamento das ações do homem. Entender as inúmeras características que dizem respeito aos aspectos geográfico, como relevo, fenômenos climáticos, hábitos humanos, etc., são imprescindíveis para a manutenção da vida em sociedade.

Por esse e tantos outros motivos, os conhecimentos de História e Geografia permitem ao professor e aos alunos problematizar o que está ocorrendo ao seu redor, possibilitando a ação de uma prática que ultrapasse

apenas a transmissão do conhecimento linear, e oportunize aos alunos aprendizagens mais significativas.

Atualmente, acredita-se que o papel do professor e da escola, por meio de conteúdo das mais diversas áreas, mas essencialmente de História e Geografia, está condizente com a formação integral do estudante e a com a sua preparação para o exercício da cidadania, que envolve também o trabalho (PABIS, 2012).

De acordo com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, as disciplinas de História e Geografia têm como meta desenvolver a “compreensão da cidadania como participação social e política, como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (BRASIL, 1997, s./p.).

Com isso, é fundamental entender que o professor mediador terá em sala de aula o desafio de encontrar maneiras produtivas de ensinar História e Geografia para as crianças, levando-se em conta o processo de construção de identidades e a formação de cidadãos. Isto posto, o presente estudo pretende analisar e refletir as práticas educativas atuais de ensino em relação às disciplinas de História e Geografia, exemplificando com os anos iniciais do ensino fundamental da Educação Básica, buscando compreender o que tem sido ensinado, como e em que medida tem contribuído na formação de um cidadão consciente e crítico, concomitantemente discutindo as vantagens de se inserir o uso de métodos e materiais tecnológicos no ensino. Ao se trabalhar duas áreas de conhecimento em um mesmo contexto, temos a possibilidade de se fazer um trabalho interdisciplinar, isto é, quando duas ou mais disciplinas relacionam os seus conteúdos para perscrutar o conhecimento e possibilitar dinâmica ao ensino, pois, por conta da natureza das duas disciplinas, é facilmente possível estabelecermos uma inter-relação.

Com as mudanças que passamos no século XXI e com a questão da globalização e da comunicação entre as culturas, tornaram-se mais acessíveis informações e conhecimentos que levariam anos para serem disseminados e, em muitos casos, que talvez nem teriam repercussão, não fosse a *internet* e a geração de conectados.

No entanto, embora cresça cada vez mais os índices de instituições escolares com acesso às tecnologias, seja material físico ou acesso à rede de *internet*, em muitos lugares ainda não possuem acesso, especialmente nas escolas localizadas em regiões periféricas ou remotas, onde o ensino ainda se dá de maneira tradicional por meio do quadro, dos livros didáticos, dos mapas, do filme em DVD, do jornal da cidade etc.

Por outro lado, também encontramos cenários em que as escolas recebem o material do governo Estadual ou Federal, como laboratórios de informática, mas não chegam a montá-los e deles usufruir, por falta de rede de internet ou de pessoal capacitado, o que caracteriza, nesses casos, um problema estrutural de gestão interna.

Diante dessa realidade é que se faz necessário um maior aprofundamento e conhecimento sobre o tema abordado, uma vez que o uso das tecnologias em sala de aula como recurso de aprendizagem será satisfatório a partir do momento que suprir necessidades anteriores, pois não basta possuir um equipado laboratório de informática ou recursos de multimídia de tecnologia se não dispormos de professores incluídos no sistema digital de educação.

Este estudo apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativa-descritiva, com intuito de apresentar um breve panorama do ensino de História e Geografia nos primeiros anos do Ensino Fundamental, com destaque para os métodos que foram sendo utilizados ao longo das décadas e discutindo possibilidades de alterações, pois ao longo do processo educacional brasileiro, as disciplinas passaram por mudanças quanto a sua aplicabilidade em sala de aula, como ocorreu no período da ditadura militar, abordando as mudanças decorrentes das políticas educacionais, vindo de encontro à redemocratização do ensino, até os dias atuais, da era da globalização e das tecnologias.

Para elaborarmos as nossas considerações, foram realizadas pesquisas nas principais plataformas de conteúdo educacional, como a *Scielo* e o Repositório institucional de algumas universidades, periódicos científicos na área da Educação, e alguns documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e a Lei 10.639/03 (Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-

Brasileira"). Foram utilizados os verificadores História; Geografia; Práticas Educativas e Ensino Fundamental, e selecionado o material encontrado correspondente ao período de 2000–2019.

2. HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NO BRASIL

Neste tópico, tivemos como o propósito contextualizar as nossas discussões, versando sobre a História e a Geografia enquanto disciplinas das Ciências Humanas, historicizando brevemente sobre os métodos e objetivos da escola nova até a redemocratização da educação no último século e, ao final, discorrendo sobre a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais no que diz respeito ao ensino de História e Geografia.

2.1. História e Geografia

A História e a Geografia pertencem ao quadro de disciplinas das Ciências Humanas, que é considerada uma área de conhecimento. As Ciências Humanas são formadas por conhecimentos produzidos por várias ciências, como a Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Economia, Educação e Política, dentre outras (PABIS, 2012). Todas elas têm como objeto de estudo o homem e suas relações com os próprios homens, com o meio em que vivem, com os recursos produzidos e a formação cultural de cada sociedade no decorrer dos tempos.

No que se refere à História e Geografia, que são o enfoque desse estudo, alguns autores apresentam conceitos que se complementam e que nos ajudam a compreender melhor o sentido de serem aprendidas e ensinadas em toda a Educação Básica. De acordo com Ferreira:

História é a narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral; conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e ou por meio dos documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade; ciência e método que permitem adquirir e transmitir (FERREIRA, 2004, p. 1050).

O conceito apresentado por Ferreira (2004) defende a ideia da narrativa da vida dos povos, quer seja em forma de depoimentos ou documentos, e que são transmitidos pelas gerações, ou seja, ele se detém aos fatos. Já Penteadó (2000) investiga as permanências e mudanças ou transformações do modo de vida, com o objetivo de compreendê-las. Para Neves, “[...] a percepção da multiplicidade temporal da História, em termos de ritmos de mudanças mais rápidas ou mais lentas, e que explicariam certas contradições aparentes da sociedade atual” (NEVES, 1985, p. 17).

Para Nidelcoff (1979, p. 49), “Geografia é mais que a vida dos homens de outros lugares, pois as crianças nela se iniciam através do estudo do próprio meio em que se desenvolvem”, ressaltando o estudo do lugar para a compreensão dos homens de outros lugares e épocas. A Geografia enquanto ciência teve sua origem no século XIX, devido à grande contribuição de Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter.

Suas origens são antigas, desde a pré-história. Na Antiguidade e na Idade Média “a Geografia era utilizada apenas para desenhar roteiros a serem percorridos, para indicar os recursos a serem explorados, para analisar as relações meteorológicas, etc.” (ANDRADE, 1995, p. 12), ou seja, confundia-se com a cartografia ou a astronomia.

Na Idade Moderna ficou a cargo da Geografia explicar os “sistemas de relações entre a Terra e os astros, entre as condições naturais, climáticas, sobretudo, e as sociedades”, tendo iniciado, então, a preocupação com as relações entre a sociedade e a natureza (BONETE *et al.*, 2013, p. 46.). Mas é na Idade Contemporânea que a Geografia atingiu sua autonomia enquanto ciência, com os estudos dos pesquisadores e naturalistas, como Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Friedrich Ratzel (1844- 1904).

Consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia (2000), que desde a constituição do Estado brasileiro a História se apresenta como conteúdo no currículo da escola elementar. Consta que em 1827, através do Decreto das Escolas de Primeiras Letras, a primeira lei do Império sobre a instrução nacional, estabelecia que:

[...] os professores ensinariam a ler, a escrever, as quatro operações de aritmética, [...] a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana,

proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo para o ensino da leitura, a Constituição do Império e História do Brasil (BRASIL, 2000, p. 19).

Além da preocupação com o ler e escrever, preocupava-se com uma formação moral cristã dos seus alunos, logo a História não se constituía ainda como disciplina, mas os seus conteúdos eram utilizados para o exercício da leitura, pois liam temas que abordavam a Constituição do Império e a História do Brasil (PABIS, 2012). O mesmo acontecia no que se refere ao ensino de Geografia. Conforme conta Vlach:

[...] o ensino de geografia não integrava diretamente os conteúdos das escolas de primeiras letras. Isso não impediu, porém, que se fizesse presente de maneira indireta nessas escolas. Sua presença ocorria por meio da história do Brasil e da língua nacional, cujos textos enfatizavam a descrição do território, sua dimensão suas belezas naturais (VLACH, 2004, p. 189)

A concepção da História enquanto disciplina escolar desenvolveu-se durante o século XIX, como afirma Abud “quase ao mesmo tempo em que se expandiam as escolas secundárias, que introduziram o conhecimento histórico como disciplina escolar” (ABUD, 2005, p. 50). Foram criados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II, em 1838, no Rio de Janeiro (RJ). Os sócios proprietários do IHGB eram também professores do Colégio, portanto não havia discrepância entre a História produzida na academia e a História ensinada no Colégio (BONETE *et al.*, 2013, p. 43).

Quanto à Geografia, Ferreira (2004, p. 977) a define como “[...] ciência que tem por objeto a descrição da superfície da Terra, o estudo dos seus acidentes físicos, climas, solos e vegetações, e das relações entre o meio natural e os grupos”. Este conceito foi defendido nos primórdios da educação do Brasil, porém sofreu transformações, e hoje o foco principal é a presença do homem neste meio e suas relações.

2.1. O ensino de História e Geografia: da escola nova à redemocratização da educação

Por muito tempo perdurou-se ideologias que eram impostas a sociedade em geral, o que denominamos por hegemonia. Na maioria dos casos, quem

detém o controle é o Estado, que exerceu sobre os demais da nação uma influência baseada no poderio militar, que era utilizado como recurso para intimidação. No âmbito escolar, este controle era realizado principalmente através dos conteúdos que eram ministrados nas mais variadas disciplinas, nos variados colégios que eram estruturados em conformidade com as normas do governo. Como explica Silva (1999), a escola era dirigida aos trabalhadores subordinados, procurando privilegiar as relações sociais onde os alunos aprendem a subordinação e as escolas destinadas aos trabalhadores de nível superior da escola ocupacional, onde se dá destaque as práticas e atitudes de comando e autonomia.

O Colégio Pedro II foi uma escola secundária até 1931, considerada modelo, quando a Reforma Francisco Campos implantou seriações e os primeiros programas nacionais obrigatórios, depois de terem sido instituídas instruções metodológicas que contemplavam o trabalho em sala de aula e procuravam orientar os professores para que fizessem uso de técnicas e métodos de ensino comprometidos com as ideias da Escola Nova, que se expandia no Brasil (ABUD, 2005).

Segundo Fonseca (2003), no século XX as disciplinas passaram por digressões durante o período da ditadura militar. Com o golpe em 1964, o Estado passou a se preocupar com a necessidade de revigorar o ensino da educação cívica e moralista, sob a ótica da doutrina da segurança nacional, descaracterizando e esvaziando a disciplina de História, especialmente do seu caráter reflexivo e crítico.

Nesse período, entre as décadas de 1960 e 1970, foram introduzidos nas escolas os programas de Estudos Sociais. O trabalho se centrava no desenvolvimento do país, com o lema de educação para o trabalho e um intenso preparo para o mundo urbano e industrial (BRASIL, 2000). Ou seja, a Lei nº 5.692/71, a que fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Graus, apenas implementou novas metas para a educação escolar, no sentido da profissionalização, baseada em uma nova organização curricular. No campo da História e Geografia:

[...] essa nova organização curricular consolidou educação moral e cívica e outras disciplinas obrigatórias constantes no artigo 7º da lei 5.692/71, ao mesmo tempo em que efetivamente descaracterizou o

ensino de história e geografia no 1º grau, hoje ensino fundamental, que, por força da lei, se transformou em ensino de estudos sociais [...] (FONSECA, 2003, p. 23).

Com a criação da disciplina de Estudos Sociais, no 1º Grau, História e Geografia foram reunidas em uma mesma área de estudos, e ao lado da Educação Moral e Cívica se constituíram em fundamentos dos estudos históricos, mesclados com temas de Geografia, tendo sua carga semanal reduzida e os conteúdos essencialmente voltados para a formação do cidadão centrado no Estado e no trabalho. Este modelo de ensino durou quase duas décadas, que perpassaram o período da ditadura militar. Na década de 1980, o Brasil passaria por um movimento de início ao processo de redemocratização da educação que pôs fim a disciplina de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica (PABIS, 2012).

No decorrer dos anos de 1970 as lutas de profissionais, desde a sala de aula até a universidade, ganharam maior expressão com o crescimento das associações de historiadores e geógrafos (ANPUH e AGB) que se abriram aos docentes, e seu engajamento na batalha pela volta de História e Geografia aos currículos escolares e extinção dos cursos de Licenciatura de Estudos Sociais (BRASIL, 2000, p. 27).

No final da década de 1980 e anos posteriores, com a redemocratização do ensino, os conhecimentos escolares até então considerados como verdades absolutas passaram a ser questionados, com forte influência das Teorias Críticas, que, de acordo com Silva (1999), questionou os modelos tradicionais, identificando os pontos negativos ao que diz respeito ao ensino, ressaltando que se tratava apenas de uma reprodução de ideologias. O autor ainda diz que a principal influência desta Teoria Crítica dizia respeito ao currículo, que deveriam pensar sobre todas as desigualdades e injustiças sociais e questionar as transformações sociais.

Foi neste período que se introduziu a “[...] História Crítica, pretendendo desenvolver com os alunos atitudes intelectuais de desmistificação das ideologias, possibilitando a análise das manipulações dos meios de comunicação de massas e da sociedade de consumo” (BRASIL, 2000, p. 29).

O que depreendemos desse período é que a vida social e política refletiam no tipo de ensino e currículo escolar, pois, de acordo com Demerval Saviani (2008), o currículo se restringia a atividades técnicas, isto é, que não se

pensava sobre, mas apenas eram reproduzidas, além da existência de teorias da aceitação, ajuste e adaptações.

2.3 A Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais

No decorrer dos tempos, todas estas questões possibilitaram questionamentos, com grande colaboração das universidades, apontando a necessidade de mudanças no conteúdo e na forma de ensinar. Pensando nisso e buscando atender tais necessidades, é instituída a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, isto é, define os objetivos, finalidades e formas de apresentação que orientam a educação escolar brasileira, para todos os níveis, podendo ser considerada uma lei democrática. Também são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos anos 2000. No artigo 26 da LDB, que trata da Educação Básica, consta que:

[...] os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 2007, p. 23).

No parágrafo primeiro do referido artigo consta que “[...] os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 2007, p. 23).

Mesmo que acima não mencionem o termo História e Geografia, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política envolvem os conhecimentos que fazem parte destes campos do saber, o que demonstra uma intenção de ensino a partir da realidade, do contexto em que estão inseridos, convidando a um trabalho interdisciplinar (PABIS, 2012).

A partir da Lei nº 10.639/03, que como dito acima, instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afrodescendente no Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, valorizando uma minoria étnica, que desde o princípio esteve marginalizada. A partir de então se pretendeu com a criação da lei um repensar das práticas pedagógicas que viam o negro

somente como escravo e não como um sujeito histórico, mas sim colaborador na formação de várias culturas, inclusive como importante na formação da sociedade brasileira.

Vimos, por meio desta incisão na Lei 9.394/96, mais uma possibilidade de um trabalho integrado, isto é, uma prática que combina, aplica e exercita procedimentos comuns, fazendo os alunos interagirem com ideias diferentes, estudando-as e apreendendo-as, a partir da compreensão dos meios natural e social, destacando os conhecimentos em História e Geografia.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia, no que dizem respeito aos objetivos do primeiro ciclo do ensino de História, os alunos deverão ser capazes de:

[...] comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade; reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade; reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência; caracterizar o modo de vida de uma coletividade indígena, que vive ou viveu na região, distinguindo as suas dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e religiosas; identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e o da comunidade indígena estudada; estabelecer relações entre o presente e o passado; identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções (BRASIL, 2000, p. 50).

Saber se o que é determinado pela lei (como foi dito no excerto acima) é contemplado e se os conteúdos realmente têm sido aplicados de forma interativa com os alunos é uma conceituação difícil de dizer, pois além de demandar uma pesquisa de campo e descritiva, existe a dificuldade de não podermos generalizar os resultados, pois o nosso *corpus* de observação possui suas particularidades que variam em muitos níveis, como a origem social, geográfica, linguística etc., pois, como posto nas páginas iniciais, trata-se de disciplinas das Ciências Humanas.

Depreendemos, por enquanto, que a preocupação das duas licenciatura, História e Geografia, se refere ao que o aluno do primeiro ciclo do Ensino Fundamental adquira saberes sobre a trajetória de vida das pessoas e sobre a vivência em grupos, e que desenvolva as noções de tempo, passado e

presente. Também seja capaz de identificar o espaço à sua volta, destinando seu olhar para as diferentes culturas, inclusive a indígena e africana.

No que tange ao ensino de Geografia, através de diferentes práticas de ensino e o cotidiano do aluno, o documento diz que o objetivo é

[...] conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar; identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais; compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações; compreender que a melhoria nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las; conhecer e saber utilizar procedimentos básicos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições; fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens; saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sócio-diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia (BRASIL, 2000, p. 121).

No entanto, embora se reconheça a importância das orientações para a prática pedagógica, cabe ao professor identificá-las e analisá-las junto ao contexto dos alunos, daí a importância do conhecimento e de se valorizar as vivências da realidade dos alunos que constituem a turma.

3. ABORDAGENS METODOLÓGICAS E O USO DAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Como vimos no decorrer do estudo, os métodos de ensino praticados nas aulas de História e Geografia até o período de redemocratização eram baseados “[...] na memorização e na repetição oral dos textos escritos. Os materiais didáticos eram escassos, restringindo-se à fala do professor e aos

poucos livros didáticos compostos segundo o modelo dos catecismos com perguntas e respostas, facilitando as arguições” (BRASIL, 2000, p. 21).

É apenas com a criação da LBD, de 1996, e com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 2000, que o modo de ensinar e as práticas pedagógicas são repensadas, buscando oferecer um ensino em que, agora, o homem está no centro; ele e suas relações, seja elas com o meio em que vive ou com outros homens, uma educação reflexiva, voltada para a formação do cidadão consciente e crítico.

Até então as principais metodologias de ensino utilizadas eram as aulas expositivas e orais, embasadas pelo livro didático, tendo como recursos o quadro-negro, o giz, o mimeógrafo e, em algumas escolas, contava-se com o retroprojeto. O caderno e o livro didático eram as principais fontes de conteúdo dos alunos. Recorriam-se as bibliotecas municipais, uma vez que as escolas não possuíam, em sua maioria, acervo próprio, quando havia a necessidade de uma pesquisa mais detalhada de determinado assunto.

Entretanto com as mudanças nas relações sociais, na economia, na política e com os avanços tecnológicos ao longo do século XX, a sociedade começou a exigir da escola uma maior participação na educação dessas novas gerações. A escola enquanto formadora do conhecimento precisaria acompanhar tais mudanças.

Como dito no início deste trabalho, a globalização alterou regras de competitividade, que levou a uma revisão e modificação dos processos de produção e comercialização. A internet proporcionou o rápido acesso às informações. Neste contexto, o ambiente escolar também precisou se adequar. Felizmente, alguns grupos progressistas de grupos ideológicos e políticos, em meio a estas alterações, criaram um movimento pedagógico a favor da globalização e da interdisciplinaridade, que tinham como principal almejo criar um currículo que contemplasse todos os grupos sociais e culturais em meio a estas mudanças (SANTOMÉ, 1998).

Portanto, caberia à escola fornecer possibilidades para a construção do conhecimento do aluno e condições ao professor para ensinar e buscar organizar atividades didáticas que ajudassem os alunos a compreenderem áreas tão específicas do conhecimento. Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o ambiente escolar passou a se questionar

sobre as inúmeras formas de suas contribuições no processo de ensino-aprendizagem (MOURA, 2009). De acordo com Porto (2006), com o uso dos recursos tecnológicos:

São vencidas barreiras geográficas e criadas aproximações culturais, apesar das diferenças econômicas e dos obstáculos socioculturais que se interpõem para a produção dos desejos nos cidadãos. As distâncias e os espaços que os meios tendem a aproximar e a globalizar concorrem para que as necessidades se assemelhem, mesmo que, para muitos, a satisfação delas não se concretize (PORTO, 2006, p. 44).

Diante do contexto, o ensino de História e Geografia precisa estar conectado a essa nova realidade, possibilitando ao aluno uma melhor compreensão do mundo, das novas relações de trabalho, preparando-os para o exercício da cidadania. No entanto, para Moura (2009), uma aprendizagem significativa que usa os recursos tecnológicos deve estar associada ao domínio de conteúdo e metodologias, em conformidade com as particularidades do conteúdo que está apresentado, para que assim se tenha condições de escolher a mais adequada à construção do conhecimento histórico e geográfico da realidade de determinada escola.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) formam um conjunto de recursos tecnológicos que estão integrados entre si, e que através de suas funções tecnológicas proporcionam acessibilidade à comunicação nos negócios, assim como na pesquisa científica e no processo de ensino-aprendizagem (CRISPIM, 2013).

As TIC possibilitam trazer o mundo externo à realidade dos alunos de forma interativa no universo escolar, enriquecendo e facilitando a veiculação das informações ensinadas (sobretudo características físicas e sociais), gerando, assim, um estímulo ao aluno no processo ensino-aprendizagem. Logo,

[...] o ensino ativo permite que o aluno desenvolva a sua capacidade de ser crítico, de se expressar, de questionar, de criar e de ter uma autodisciplina nas tarefas escolares, contribuindo para que da atividade individual parta para a construção coletiva (FERREIRA, 1999).

Quando nos referimos às TIC estamos falando da televisão e do aparelho de DVD que permitem o uso do filme ou do documentário como

recurso didático, do jornal, da revista eletrônica, dos computadores, da internet, do *datashow*, do *smartphone*, entre outros, que permitem a exibição de aulas preparadas em aplicativos e *slides* ilustrativos, entre tantos outros recursos interativos, da era globalizada. As novas tecnologias (os recursos de multimídia, fotografia, imagem, vídeos, sons, filmes) quando usadas corretamente, conforme já mencionado, se tornam poderosas ferramentas de apoio, contribuindo para a apresentação, construção e divulgação do conhecimento. Segundo Moura:

[...] um dos poderes do desenvolvimento tecnológico para o campo da História é a digitalização das diversas fontes históricas que além de alargar a conservação dos documentos históricos possibilita que o docente utilize-os para análise e discussão sobre o passado e o presente (MOURA, 2009, p. 6).

Essa é uma das principais capacidades da era digital: possibilitar através da rede mundial de computadores, a *internet*, uma possibilidade de novos caminhos, além da estrutura física da sala de aula convencional.

Para o ensino de História essa é uma oportunidade singular, pois permite aos alunos estarem juntos a alunos de diversas localidades, pesquisando ou interagindo sobre os mais diversos assuntos, por meio de projetos conjuntos e discussões de temas relevantes acerca da história brasileira, como: o Golpe de 1964, a Guerra das Farroupilhas, o carnaval da Bahia, O Governo Lula entre tantos.

A TV e o DVD, além do computador são os recursos tecnológicos de comunicação e informação mais utilizados na prática de atividades educativas nas aulas de história. A TV tem ensinado ao aluno-telespectador conhecer o mundo de maneira divertida. Para Moran (2003), “a força da linguagem audiovisual está no fato de ela conseguir dizer muito mais do que captamos...” (apud BEZERRA; LOPES, 2002, p. 58).

Do mesmo modo, o computador e a *internet* processam e utilizam diferentes símbolos, potencializando as pesquisas e as produções de texto. “A leitura e a escrita ganham novas características à medida que os recursos tecnológicos do computador favorecem o entrelaçamento entre produtor e leitor” (MOURA, 2009, p. 7).

No campo da Geografia não é diferente, de acordo com Banhara (2012), a contextualização dos conteúdos geográficos com as relações estabelecidas por meio dos recursos audiovisuais, assim como sua capacidade de identificação, permite uma interligação da Geografia com o cotidiano do aluno, porém de forma mais interiorizada, levando-o a analisar e identificar os conceitos e fenômenos da ciência geográfica, não em um nível superficial, mas na perspectiva da construção do real conhecimento geográfico (BANHARA, 2012).

Como conta Ricarte e Carvalho (2011), os professores de geografia são vistos como cientistas sociais e educadores que interagem de uma forma histórica e também dialética com os acontecimentos ocorridos no mundo globalizado. É por isso que são instigados a pesquisar, questionar, criticar e interagir criando perspectivas de aprendizagem no contexto da inclusão digital. Fazendo o uso correto das ferramentas didático-tecnológicas nas aulas de geografia, são capazes de proporcionar aulas mais dinâmicas, mais interessantes e mais interativas aos seus alunos.

Sabemos que para o aproveitamento do conhecimento e do saber histórico e geográfico é necessário que ocorra a mediação dos recursos educacionais digitais para ser compreendido em todas as suas possibilidades e também dimensões (STÜRMEER, 2011). Portanto é preciso que o professor, mediador e facilitador, dedique-se ao seu próprio conhecimento, para que assim possa compreender os significados que os alunos dão aos conceitos científicos que são trabalhados tanto no ensino de História quanto no de Geografia, levando em conta dois tipos de conhecimento (o do cotidiano e o científico) na construção dos saberes, tendo, contudo, como referência, durante todo o processo, as vivências de cada aluno.

Assim sendo, para que haja um real aproveitamento dos recursos tecnológicos de aprendizagem é necessário que haja uma atenção aos diversos setores: investimento na estrutura física, laboratórios e rede de *internet*, compra de material multimídia, bem como uma capacitação dos professores proporcionando a estes a desejada inclusão digital, uma vez que é importante que o professor tenha capacidade e condições de criar novos métodos didáticos com a sua realidade e de seus alunos, usando de todos os

recursos disponíveis que o auxiliem na explanação e fixação dos conteúdos e vivências que constituem os diversos saberes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi apresentada uma discussão acerca do Ensino de História e Geografia destinado aos anos iniciais. Para tanto, foi traçado um panorama geral das mudanças ocorridas na Educação Básica ao longo das últimas décadas em função do contexto político e econômico do Brasil, bem como das políticas educacionais instauradas para atender as necessidades e estabelecer os princípios das diretrizes.

Em seguida, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a origem das disciplinas de História e Geografia, em 1827, com as Primeiras Letras, passando ao esvaziamento de suas humanidades no período ditatorial, com sua caracterização e visão tecnicista voltada ao mercado de trabalho e as influências norte-americanas.

Em um terceiro momento, foi discutido o processo de redemocratização do ensino na década de 1990, com a promulgação da LDB e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que estabeleceram um novo modo de ensinar, preocupado com as relações do homem com a sociedade, buscando oportunizá-los à uma educação humanizada e voltada para a formação do cidadão crítico.

E, por fim, foram apresentadas as metodologias didáticas e as contribuições do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de História e Geografia na atualidade. Pode-se dizer que estas práticas educativas têm captado a atenção e o interesse das crianças e adolescentes. Por se tratar de uma geração conectada, as TIC tem possibilitado uma aprendizagem mais profunda quanto aos temas e conteúdos abordados nas disciplinas de História e Geografia, possibilitando uma maior assimilação do conteúdo e uma interligação com as práticas cotidianas e vivências desses alunos; aqui, o aprendizado não é mais sistemático, reduzido ao quadro ou ao caderno, mas sim ocorrendo por meio da letra de uma música de um *rapper* no *YouTube*, ou um documentário, ou ainda por meio de uma

palestra sobre o aquecimento global e as condições climáticas discutidas no último encontro do G-20.

No entanto, ainda são muitos os desafios a serem transpostos, como falta de recursos financeiros, má administração de unidades escolares, bem como a insegurança de muitos professores que não foram preparados para lidarem com esses recursos, por isso dão as suas aulas de maneira tradicional. Sabe-se que a educação é um processo de construção, sendo assim, se faz necessário uma transformação em todos os segmentos sociais (gestores, educadores e políticas públicas), visto que a educação pública apresenta um descompasso, por não conseguir acompanhar as transformações que presenciamos na atualidade.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. Combates pelo Ensino de História. In: NETO, José Miguel Arias (Org.) **Dez anos de pesquisa em Ensino de História**. Londrina: AtrioArt, 2005. p. 1-42.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. São Paulo: ArsPoetica, 1994.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1995.

BANHARA, G. D. **A utilização das novas tecnologias no ensino de Geografia**: Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen. Paraná: EFM, 2012.

BONETE, W; FERNANDES, D. JÚNIOR, J. História e Geografia: elementos para um ensino humanista. **Historiae**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 39-58, jul./dez. 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **PARECER 853/71**. Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Graus, e a doutrina do currículo na Lei 5.692/71.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. (Volume 05).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: história e geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 2007.

CRISPIM, Jr. J. **TIC VS NTIC**: consultoria a PME, hardware, redes, sistemas, formação. Publicado em: Julho de 2013. s./p. Disponível em: <http://www.jose-crispim.pt/artigos/conceitos/conc_art/01_tic_ntic.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

FERREIRA, C. A. L. Ensino de História e a incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação: uma reflexão. **Revista da História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 139-157, inverno. 1999. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v4n2/carlos.htm>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. São Paulo: Papirus, 2003.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOURA, M. J. F. O ensino de história e as novas tecnologias: da reflexão à ação pedagógica. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: UFF, 2009. p. 3-10.

- MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- NEVES, M. A. M. **Ensinando e aprendendo História**. São Paulo: EPU, 1985.
- NIDELCOFF, M. T. **A escola e a compreensão da realidade**. São Paulo: Brasiliense: 1979.
- PABIS, N. A. **O ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Paraná: UNICENTRO, 2012.
- PENTEADO, M. G.; BORBA, M. B. (Org.). **A informática em ação: formação de professores, pesquisa e extensão**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- PORTO, E. M. Tania. As tecnologias de comunicação e informação na escola; relações possíveis... relações construídas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 43-197, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2019.
- RICARTE, B.; CARVALHO, D. As novas tecnologias da informação e comunicação na perspectiva do ensino de Geografia. In: SOUSA, R. P.; MIOTA, F. M. C. S. C.; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação [online]**, Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 259-274. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Te4SieoegSsJ:books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-11.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinariedade: o currículo integrado**. São Paulo: Artmed, 1998.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).
- SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias de currículo**. São Paulo: Autêntica, 1999.
- STÜRMER, B. A. As tic's nas escolas e os desafios no ensino de geografia na educação básica. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 3-12, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewFile/92/pdf100>>. Acesso em: 26 set. 2019.
- VLACH, V. R. F. Sociedade moderna, educação e ensino de Geografia. In: VEIGA, I. A. P.; CARDOSO, M. H. F. **Escola fundamental: currículo e ensino**. Campinas: Papirus, 2004. p.149-161.
- VYGOTSKY, L. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.